

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



RESOLUÇÃO CMAS Nº 069/2023

Deliberações Estaduais e Nacionais da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social-

EIXO 01 – Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país.

Deliberação Estadual - Eixo 01:

- ✓ Aumentar e garantir o repasse anual de mais 1% do orçamento estadual do ano fiscal, para a Política de Assistência Social.

Deliberação Nacional - Eixo 01:

- ✓ Garantir por parte da União, que o repasse anual seja de no mínimo 1% da receita corrente líquida, do respectivo exercício financeiro do SUAS, conforme a PEC 383/2017.

EIXO 02 – Controle Social: qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas.

Deliberação Estadual – Eixo 02:

- ✓ Ampliar a participação de usuárias, usuários e usuáries e trabalhadoras e trabalhadores no Conselho Estadual da Assistência Social (CONSEAS), sendo sua composição de 25% pessoas usuárias, 25% trabalhadoras(es), 25% organizações da sociedade civil, 25% poder público, sendo efetivado até 2025. Para a garantia da participação de usuárias, usuários e usuáries, trabalhadoras(es), organizações da sociedade civil e poder público, é necessário viabilizar a acessibilidade, transporte, alimentação, hospedagem, acompanhantes de pessoas com deficiência e estrutura para responsáveis/tutores com filhos/dependentes.

Deliberação Nacional – Eixo 02:

- ✓ Criar comissão através do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para estudos técnicos e avaliação de todas as instâncias (Conselhos e Fóruns Municipais, Estaduais e Federal) para qualificação de controle social, assim como, divulgar estes estudos e relatórios em linguagem acessível a todos os tipos de deficiência e graus de escolaridade.

Investir em capacitações de usuários, trabalhadores, conselheiros e gestores sobre a Política Nacional de Assistência Social, bem como em temas transversais com destaque para temáticas étnico-racial, capacitismo, violência de gênero, LGBTQIAPN+, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, e práticas pedagógicas na perspectiva não formal.

EIXO 3 – Articulação entre segmentos: Como potencializar a participação social no SUAS?

Deliberação Estadual – Eixo 03:

- ✓ Fortalecer o Conselho Estadual em suas práticas, políticas e interface com os Conselhos Municipais, através da mobilização e participação de usuárias, usuários e usuáries, organizações, fóruns e lideranças locais para dialogar sobre melhorias do SUAS.

Deliberação Nacional – Eixo 03:

- ✓ Financiar educação permanente para profissionais do SUAS, bem como formação política e de liderança para incentivar e qualificar as participações de usuárias, usuários e usuáries e trabalhadoras(es) nos espaços de controle social.

EIXO 4 – Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS.

Deliberação Estadual – Eixo 04:

- ✓ Potencializar o papel da DRADS para além do controle e garantir o seu papel essencial na formação continuada de profissionais do SUAS e monitoramento para efetivação das propostas apresentadas em Conferências Municipais da Assistência Social.

Deliberação Nacional – Eixo 04:

- ✓ Garantir planos de carreira, cargos e salários efetivando a NOB/RH-SUAS, assim como a política nacional de educação permanente, legislando para regulamentar pisos salariais e carga horária, assim como revisando a NOB/RH-SUAS, para incluir equipe de referência para todos os serviços tipificados. Solicitando que os CMAS apresentem ao governo federal as devidas regulamentações pelos próximos três anos.

EIXO 5 – Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

Deliberação Estadual – Eixo 05:

- ✓ Reestruturar programa de transferência de renda (Ação Jovem e Renda Cidadã) proporcionando inclusão imediata para o público jovem, famílias em situação de vulnerabilidade social e pessoas em situação de rua, atualizando valores e construindo coletivamente os critérios e formas de acesso.

Deliberação Nacional – Eixo 05:

- ✓ Assegurar a continuidade e vinculação do bpc ao salário-mínimo conforme previsão na Constituição federal de 1988; ampliar o acesso ao benefício de prestação continuada considerando: a) excluir o critério de renda per capita para acesso ao BPC; b) mudar a idade de 65 para 60 anos no BPC idoso, em conformidade com o estatuto da pessoa idosa; c) incluir o pagamento de 13º no benefício, conforme projeto de lei 4439/2020 d) retirar do cálculo da renda per capita do Programa Bolsa Família, o benefício de prestação continuada – BPC.